



ARTIGOS



## **Delineamentos culturais sobre corpo, gênero e o processo das desigualdades sociais**

Joana Cristina Burnato, *Rede Estadual de Ensino do Paraná*

Emerson Luís Velozo, *Universidade Estadual do Centro-Oeste*

---

**Resumo.** A possibilidade de pensar o corpo para além do viés biológico tem contribuído não somente para compreender justificativas discriminatórias que oprimem sujeitos (como o racismo e o sexismo), mas também, para evidenciar o corpo como resultado da cultura. Esse artigo, parte de uma dissertação de mestrado, objetiva apresentar a partir de apontamentos teóricos, elementos que contribuem para a compreensão do corpo como construção cultural, relacionado às questões de gênero. Por vezes, a sociedade naturaliza questões que são culturalmente construídas, gerando desigualdades e hierarquias. Dispor do corpo para criar distinções entre os sexos e atribuir funções a partir disso, contribui para que hierarquias sejam justificadas, reforçando, por exemplo, as relações de gênero que ocorrem na sociedade, e que se desdobram em vários segmentos, tais como o mercado de trabalho, a família, instituições de ensino, dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpo. Gênero. Cultura. Desigualdades.

---



## Introdução

Estudos sobre o corpo humano vêm mostrando as várias possibilidades de pensá-lo, não somente caracterizado pelas funções biológicas/anatômicas, mas também como produto e produtor da cultura. Nesse aspecto, o corpo passa a ser alvo de definições e características que, por vezes, carregam significações discriminatórias e excludentes, como por exemplo, o racismo e o sexismo. Do mesmo modo, as questões de gênero e sexo (este que se refere às características físicas e biológicas) também permeiam o corpo.

A visão eurocêntrica e patriarcal sobre os corpos ainda é muito comum nos dias atuais. Ser 'homem' e 'branco' são características tidas, historicamente, como universais, justificando essas premissas ao viés biológico, hereditário. Essa visão, ao privilegiar alguns grupos e desprivilegiar outros, gera hierarquias na sociedade, principalmente sobre as questões de classe, raça e gênero. À luz das ideias de Butler (2018), o corpo é local, meio e instrumento de/para significações culturais, mas também é ele próprio (o corpo) construção cultural.

De acordo com Louro (2000, p. 9), a norma padrão de referência criada socialmente remete ao homem branco, de classe média, heterossexual e cristão, logo, "Serão os 'outros' sujeitos sociais que se tornarão 'marcados', que se definirão e serão denominados a partir dessa referência", ou seja, as diferenças limitadas/deduzidas pelas marcas biológicas naturalizadas (identidade de gênero, raça, sexo, etnia) são equívocas e muito mais complexas, inerente às culturas.

O corpo, assim como o gênero e o sexo, são construções culturais. O corpo biológico é a marca, é local, e meio para que se estabeleçam significações sociais e culturais (Butler, 2018; Louro, 2000). Desse modo, ele é espaço para imposições e regulamentações da sociedade, a qual dispõe de interesses muitas vezes excludentes, discriminatórios e hierárquicos de relação de poder.

Por isso, é fundamental entender sobre o corpo, este que é constituído pela cultura, além de compreender como isso influencia nos processos de desigualdades da sociedade no que diz respeito às questões de gênero. Para percorrer sobre esses desdobramentos, este artigo encontra-se organizado em duas partes, e se fundamenta nos princípios da pesquisa teórica.



## Corpo: local para as significações culturais

Pensar o corpo como construção cultural é ir além do objetivismo das ciências naturais. Em *A Sociologia do Corpo*, de Le Breton (primeira versão publicada em 1992), o autor explica a compreensão do corpo como construção social e cultural.

O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. [...] O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural. (LE BRETON, 2007, p. 26).

O autor explica também que há teorias que sustentam teses sobre o corpo a partir da perspectiva biológica, neurológica ou genética, ficando restritas ao natural, a uma visão naturalizada do corpo. Nessas teorias, o corpo, bem como os gestos e expressões “[...] seriam dependentes de mecanismos biológicos universais e inatos” (Le Breton, 2007, p. 63).

Para o autor, são várias as maneiras de pensar e representar o corpo, como exemplo: ‘dar um corpo ao homem’, em que a partir de uma perspectiva anatomofisiológica e “[...] o conhecimento médico no sentido amplo, separando o homem do seu corpo, encaram este como um em si”, como se existisse apenas o corpo, com suas atribuições biológicas (Le Breton, 2007, p. 25). Outro exemplo é ‘dar carne ao homem’, pensado a partir da perspectiva popular, não se distingue homem e corpo, e traz nos materiais vegetais ou minerais, por exemplo, elementos de analogia aos corpos, tornando possível as curas e tratamentos. Esses exemplos de representação de corpo são, segundo Le Breton (2007), representações da *pessoa*, diferentemente de “Quando mostramos o que faz o homem, os limites, a relação com a natureza ou com os outros, revelamos o que faz a *carne*” (Le Breton, 2007, p. 26, grifos nossos). Essas são apenas duas representações tidas sobre o corpo, mas todas as outras possíveis são, também, socialmente construídas, repletas de valores imaginários, ou ‘imaginários sociais do corpo’ (Le Breton, 2007, p. 62).

Um exemplo trazido pelo autor sobre os imaginários sociais do corpo, é a diferença entre os sexos: “O homem possui a faculdade de fecundar a mulher enquanto esta conhece menstruações regulares, carrega em si a criança que coloca no mundo e em seguida aleita” (Le Breton, 2007, p. 65). Isto são características biológicas tidas como



naturais, que caracterizam o que é ser homem e o que é ser mulher, e definem “[...] as qualidades e o status respectivo que enraízam suas relações com o mundo e suas relações entre si” (Le Breton, 2007, p. 65). Podemos relacionar isso com o ‘sistema sexo-gênero’, conceituado por Lerner (2019, p. 289) como:

Sistema institucionalizado que distribui recursos, propriedades e privilégios a pessoas de acordo com papéis de gênero definidos culturalmente. Assim, o sexo determina que mulheres devem ter filhos, e o sistema sexo-gênero afirma que elas devem criar os filhos.

Dessa maneira, é possível compreender as representações para o corpo como constituições culturais. Como explica Le Breton (2007, p. 66) “As características físicas e morais, as qualidades atribuídas ao sexo, dependem das escolhas culturais e sociais e não de um gráfico natural que fixaria ao homem e à mulher um destino biológico”.

Ainda para o autor as diferenças biológicas entre os sexos carregam expectativas e interpretações sociais que designam papéis destinados ao homem e à mulher, correspondente a estereótipos sociais. Dessa maneira, os atributos destinados à cada sexo são inerentes às significações sociais. Logo, entende-se que as significações sociais, muitas vezes, podem estar voltadas a ideologias excludentes, de tradições estereotipadas, enraizadas em ideias naturalizadas do corpo.

Sobre as tradições do corpo, Marcel Mauss (1974), um dos primeiros autores a escrever sobre a produção social dos corpos, em meados da década de 1930, apresenta as técnicas corporais, considerando o corpo o primeiro instrumento natural do homem, tido como objeto técnico. Por isso, o autor chama de técnica um ato ‘tradicional e eficaz’, pois “Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição” (Mauss, 1974, p. 407). Tal técnica objetiva ser realizada e sentida como um ato mecânico, físico, ou físico-químico, que permite classificações corporais precisas, em que as classificações acontecem pela educação dos corpos de culturas sociais, formando os indivíduos. Dentre os quatro tipos de classificação das técnicas corporais explicadas por Mauss (1974), há a *‘Divisão das técnicas do corpo entre os sexos’*, sendo um critério de diferença sexual visível, a sociedade culturalmente cria movimentos corporais diferentes para homens e mulheres, desse modo considerados femininos e masculinos a partir de estruturas biológicas e definidos por um modelo da sociedade.



Compreendendo o corpo como construção cultural, carregado de significações sociais, o corpo também é dispositivo de controle, assim como discutido por Michel Foucault em *História da sexualidade*, escrito em quatro volumes nas décadas de 1970 e 1980. Para Foucault (2017a) o controle sobre os indivíduos começa no/com o corpo, com técnicas de poder, a partir da ‘disciplina’ (instituições como exército e escolas) e de ‘regulação’ (sensos, tabulações de riquezas e demografias, estimativas de recursos e habitantes, etc.), sendo estes os dois pólos que colaboraram para desenvolver a organização do poder sobre a vida a partir dos corpos, chamando isso de ‘biopoder’. Sendo assim, o controle sobre a vida, sobre os corpos (como exemplo, o controle da natalidade, da reprodução, óbitos, doenças, etc.), passa a ser uma das tecnologias de poder para governar e controlar a vida das populações, através de normas determinantes. Nesse sentido, o corpo é alvo de disciplinamentos e regulações estabelecidos pela sociedade, que insere em tais técnicas de poder suas ideologias.

Foucault (2017a, p. 151) explica que a ideologia – como doutrina de apredizagem “[...] mas também do contrato e da formação regulada do corpo social, constitui, sem dúvida, o discurso abstrato em que se procurou coordenar as duas técnicas de poder para elaborar sua teoria geral” – constituiu um dos mais importantes dispositivos de poder do século XIX: o dispositivo de sexualidade.

Entende-se que a sexualidade é construída histórica e culturalmente, portanto, não é natural e imutável. Louro (2000), explica que os corpos ganham sentido culturalmente, logo, sexualidade é construção cultural. Foucault (2017a) evidencia a sexualidade como um ‘dispositivo histórico’, que normatiza e controla saberes sobre os corpos. O dispositivo, para Foucault (1979, p. 244) é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Portanto, o dispositivo de sexualidade:



[...] funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfas e conjunturais de poder [...] se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal – o corpo que produz e consome. [...] tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (Foucault, 2017a, p. 116).

Desse modo, o dispositivo de sexualidade é uma estratégia de gerenciamento e controle da produção de corpos, que perpassa e reflete, inclusive, na política, o que Foucault (2017a, p. 157) irá chamar de ‘tecnologia política da vida’. A tecnologia política da vida relaciona-se com o disciplinamento do corpo e as regulações pertencentes ao sexo, refletindo em todas as instâncias sociais e nos discursos ideológicos.

A partir disso, é possível perceber o sexo como determinante de várias ações governamentais. O corpo como regulador da população, tem o sexo como objeto e alvo central de poder sobre a gestão da vida (Foucault, 2017a). Por isso, “[...] os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (Foucault, 2017a, p. 160), portanto o sexo biológico é necessário para manter esse dispositivo de poder em funcionamento. Desse modo, as construções culturais para as representações de corpos acontecem para atender ao interesse da sociedade vigente, hegemônica.

Thomas Laqueur (2001) argumenta que, até o século XVIII o modelo de ciência era focado no masculino para buscar entender a estrutura básica do corpo. Sendo assim, durante milhares de anos, acreditou-se num modelo único do sexo, em que as mulheres tinham as mesmas genitálias que os homens, só que invertida. Somente em 1759 alguém se interessou em detalhar um esqueleto feminino, representando as diferenças em relação ao masculino. Contudo, quando as diferenças fisiológicas entre os sexos começaram a serem melhores detalhadas, já tinha sido desenvolvido um modelo padrão, o masculino, “[...] quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder do gênero” (Laqueur, 2001, p. 22), e isso criou hierarquia na forma de representação dos sexos, colocando a mulher como secundária.

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das



mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses ‘fatos’. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social. (Laqueur, 2001, p. 18).

De acordo com o autor, as justificativas sobre as diferenças biológicas legitimavam os ‘papéis’ a homens e mulheres, reforçando as desigualdades. Para Laqueur (2001, p. 32) é verdade que existe e existiu uma tendência misógina frequente nas pesquisas biológicas sobre mulheres, “[...] a história trabalhou claramente para ‘racionalizar e legitimar’ as distinções, não só de sexo mas também de raça e classe, com desvantagem para os destituídos de poder”. Desse modo, o sexo é situacional, pois é explicado dentro do contexto de luta sobre poder e gênero (Laqueur, 2001).

Soares (2012) também explana que, a partir do século XIX, se consolidou na sociedade uma ciência pautada no positivismo, a qual considerou o homem, em seus aspectos biológicos, o centro da sociedade que se formava. Ainda, de acordo com a autora, essa abordagem justificava (e ainda justifica) as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas, ou seja, ‘desigualdades naturais’, em que determinam espaços e lugares para indivíduos a partir das diferenças biológicas. Por conseguinte, todas as “[...] desigualdades sociais, todas as diferenças de classe tomam, assim, a aparência de diferenças hereditárias, genéticas, portanto, naturais, transmitidas de geração a geração, sem possibilidade histórica de serem alteradas” (Soares, 2012, p. 12). Essas ideias pautavam-se em uma concepção mecanicista, de interesse capitalista, isto é, formar/disciplinar corpos para o mercado de trabalho e para atender aos interesses da sociedade hegemônica.

O sociólogo francês Robert Hertz escreve em 1909 um ensaio sobre a *Preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa*, no qual certifica que toda hierarquia social “[...] afirma estar baseada na natureza das coisas, atribuindo-se assim eternidade e evitando mudanças e ataques de inovadores” (1980, p. 100), como exemplo, as questões de raça e gênero: o branco tido como superior ao negro, o homem tido como superior à mulher. O autor evidencia isso relacionado à dualidade das coisas, “Todas as oposições apresentadas pela natureza exibem este dualismo fundamental” (Hertz, 1980, p. 107), como o claro e o escuro, dia e noite, alto e baixo, céu e terra, direito e esquerdo, homem e mulher, que representam apenas algumas dualidades características do certo e sagrado, e do errado e profano.



Como pode o corpo do homem, o microcosmo, escapar da lei da polaridade que governa tudo? A sociedade e todo o universo têm um lado que é sagrado, nobre e precioso e outro que é profano e comum: um lado masculino, forte e ativo, e outro feminino, fraco e passivo; ou, em duas palavras, um lado direito e um lado esquerdo [...]. (Hertz, 1980, p. 108).

O autor acrescenta que essas ideias se baseiam em concepções naturalistas, portanto, não pensam o corpo como construção histórica e cultural. É possível relacionar a dualidade das coisas com a noção de sexo e gênero. A ideia do sexo como qualidade biológica do corpo, e do gênero como construção cultural dada a partir das diferenças entre os sexos, reforça uma dicotomia que cria fundamentos para expressar o certo e o errado, o natural e o cultural. De acordo com Senkevics e Polidoro (2012, p. 17): “Manter uma rígida dicotomia entre sexo e gênero faz transparecer a ideia de que apenas um deles é construído (o gênero), relegando o sexo a uma posição segura e confortável da ‘natureza’”. Portanto, essas ideias dicotômicas sobre as coisas, reforçam um ideário sobre o que é certo e errado, para criar e justificar as hierarquias. Se o homem é biologicamente considerado mais forte, resistente e ágil que a mulher, logo, a ele é designado e atribuída características e funções que o privilegiam em relação à mulher, que tem as atribuições biológicas contrárias às do homem. Essas são ideias/significações culturais atribuídas ao corpo a partir de diferenças biológicas.

Com base no que foi percorrido, compreende-se o corpo como constituído pela cultura, e local para construções sociais e culturais repletas de significados diversos. Por isso, ao passo que o corpo é espaço para várias possibilidades de compreensões, significados e construções, ele também é limitado pelas mesmas.

Criar distinções entre os sexos e atribuir funções a partir disso, contribui para que hierarquias sejam justificadas, reforçando por exemplo as relações de gênero que ocorrem na sociedade, relações estas que se desdobram em vários segmentos, tais como o mercado de trabalho, a família, instituições de ensino, dentre outros.

## **Relações de gênero na sociedade: considerações sobre o processo das desigualdades**



Ainda que a presença de mulheres e homens nos mais diversos espaços, instituições e atividades tenha mostrado avanços em relação à igualdade de acesso e permanência, as pesquisas<sup>1</sup> mostram que a desigualdade ainda é grande, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e em espaços de tomada de decisão. Isto acontece devido à responsabilidade sobre os afazeres domésticos e aos cuidados com o lar e a família, por exemplo, ainda serem atividades voltadas às mulheres, reduzindo a ocupação e/ou direcionando-as a trabalhos menos remunerados.

Essas desigualdades em relação ao gênero, demonstram um processo de construção cultural e histórico, ainda presente na sociedade, como o sexismo<sup>2</sup>, o patriarcado, o androcentrismo, e outras formas de discriminação e desigualdade que se dão a partir das diferenças entre os sexos. Isso gera hierarquias e impossibilita que as pessoas exerçam atividades e funções de maneira igualitária, formando assim as relações de gênero.

As relações de gênero são, de acordo com Bourdieu (2012) relações de poder em que o masculino é tomado como medida de todas as coisas, ou seja, os homens estão no topo da hierarquia das relações, direcionando as mulheres como secundárias nesse processo.

Cargnelutti e Reis (2017) contextualizam a construção da desigualdade, dos silenciamentos e das exclusões sociais e culturais referentes às mulheres a partir da contextualização histórica e literária, traçando um referencial de autores e autoras que, de um lado, defendem o uso do termo ‘patriarcado’ como um termo essencial para entender um longo processo histórico de dominação masculina na sociedade; e de outro lado, autores e autoras que defendem a ideia do ‘gênero’ como uma categoria de subversão do patriarcado, ou seja, a própria definição de gênero é o suficiente para entender e dar significado às relações de poder da sociedade. A justificativa para isso se dá devido ao caráter de algumas definições de patriarcado serem fixas, a-históricas, totalizantes e universal.

Saffioti (2015, p. 126, grifos nossos) evidencia que:

---

<sup>1</sup> Estudo sobre as “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em março de 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em: 06 jan. 2022.

<sup>2</sup> “Atitude preconceituosa que prescreve para homens e mulheres papéis e condutas diferenciadas de acordo com o gênero atribuído a cada um, subordinando o feminino ao masculino.” (Carraca, 2009, p. 155).



[...] o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o *patriarcado* é um caso específico de *relações de gênero*.

Nessa perspectiva, Machado (2000, p. 4) explica que “O conceito de ‘relações de gênero’ não veio substituir o de ‘patriarcado’, mas sim, o de ‘condições sociais da diferença sexual’, o de ‘relações sociais de sexo’, e o de ‘relações entre homens e mulheres’”. Sendo assim, é possível falar em um patriarcado considerando a contemporaneidade, ou nos termos da autora, um ‘patriarcado contemporâneo’, que considere o processo histórico e cultural de cada sociedade, não fixando um padrão universal a-histórico sobre o termo, mas sim, as transformações e modificações sociais de cada época e de cada local, que refletem no cotidiano das mais variadas formas, reforçando desigualdades e hierarquias de gênero.

Gerda Lerner escreve a definição do patriarcado em 1986 como sendo a “[...] manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (Lerner, 2019, p. 290), que tem início antes mesmo do processo de civilização, portanto, tem origem na história. Porém, nosso objetivo não é traçar o histórico do patriarcado, mas sim discutir a urgência desse tema, tendo em vista que as desigualdades, hierarquias e discriminações ainda são problemas da atualidade, que perpassam por todos os segmentos sociais.

O androcentrismo é um termo relacionado ao patriarcado, definido como a visão do/de mundo a partir do ponto de vista masculino. Nascimento (2020, p. 3) explica que:

O androcentrismo é um termo [...] que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado. Ressalta-se aqui que não se circunscreve apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à experiência feminina. É também chamada de sociedades falocêntricas aquelas que assim se moldam.



Nascimento (2020) explica que, com as alterações sociais, econômicas, políticas e culturais que acontecem no decorrer dos séculos, bem como os modelos familiares e a diversificação de papéis de homens e mulheres, ainda a sociedade é pautada no modelo androcêntrico. Além do mais, é importante refletir que experiências masculinas não são universalmente masculinas, o mesmo cabe para as experiências femininas, também para questões de classe, raça, crença. Isto pois, as culturas variam em diferentes espaços e épocas.

A manutenção da visão de mundo sob o ponto de vista masculino (androcentrismo) se dá a partir do que Bourdieu (2012) chama de ordem simbólica, sendo esta exercida sobre os corpos sem coação física. Desse modo, a representação androcêntrica “[...] se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas” (Bourdieu, 2012, p. 45), portanto, sem fundamentações científicas. A representação de ordem simbólica, além de ter relação com o senso comum, também se refere ao que Bourdieu (2009, p. 87) define como *habitus*, que significa:

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los [...].

Dessa maneira, tanto o patriarcado quanto o androcentrismo são integrantes do *habitus* disposto pela sociedade, pois este é instituído de decisões/percepções realizadas antes mesmo de se refletir sobre tal decisão.

O patriarcado foi se constituindo através das culturas de diferentes sociedades, se estabelecendo e se institucionalizando por meio das organizações familiares, nas relações econômicas, nas instituições religiosas e governamentais e nas cosmogonias, isto é, quando introduzem a supremacia masculina através de divindades (Lerner, 2019). Assim, o patriarcado começa a se instituir em todos os segmentos sociais e culturais.

Como comentado anteriormente, a desigualdade de gênero, principalmente em relação ao mercado de trabalho e em espaços de tomadas de decisão, ainda é grande. Simone de Beauvoir, uma das



maiores teóricas do feminismo, publicou em 1949 o livro *O segundo sexo* em que abordava as questões sobre as desigualdades entre homens e mulheres como sendo histórica e ideologicamente construídas.

Sobre a divisão dos sexos na reprodução do trabalho, Beauvoir (2019) explica que isso se deu a partir da criação da propriedade privada e da invenção de novos instrumentos (ferramentas, armas), que fez com que o homem passasse a desenvolver as atividades/trabalhos fora de casa, em busca de subsistência. Isto pois, a partir de justificativas naturalistas, o homem era o que tinha maior capacidade para esse tipo de trabalho devido a sua força e inteligência (já que estava criando novos instrumentos), sendo a mulher direcionada aos trabalhos domésticos, devido à maternidade e a 'fraqueza' do seu sexo.

Contudo, como explica Beauvoir (2019, p. 113):

Não basta dizer que a invenção do bronze e do ferro modificou profundamente o equilíbrio das forças produtoras e que com isso se verificou a inferioridade da mulher; essa inferioridade não é suficiente em si para explicar a opressão que suportou. O que lhe foi nefasto foi o fato de que, não se tornando um companheiro de trabalho para o operário, ela se viu excluída do *mitsein* humano. O fato de a mulher ser fraca e com capacidade inferior de produção não explica a exclusão. Nela o homem não reconheceu um semelhante porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e de pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida.

Sendo assim, entende-se que a subordinação da mulher não se deu somente no processo de reprodução do trabalho, ou seja, por fatores de ordem econômica. É necessário considerar a totalidade, isto é, o processo histórico, cultural, social, econômico e, principalmente, as significações sociais dadas sobre gênero nas diferentes culturas, bem como as estruturas/instâncias sociais que se constituíram sobre as desigualdades de gênero, pois, cada sociedade de acordo com cada época, reproduz relações de gênero de maneiras distintas.

A historiadora Michelle Perrot publicou em 1987 o livro intitulado *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, com capítulos escritos por vários autores/as que contextualizam a história da vida pública e privada, bem como as consequências desse processo a curto e longo prazo. De acordo com Perrot (2009), a Revolução Francesa causou efeitos a longo prazo (em todo o ocidente), pois acentuou a definição das esferas públicas e



privadas, diferenciando papéis sexuais a homens e mulheres. A autora evidencia que os homens ocuparam posições na esfera pública (trabalho, política), direcionando as mulheres à esfera privada (trabalho doméstico, cuidados como lar), e isso se deu devido a vários fatores.

O primeiro é sobre a concepção de mulher que se tinha no século XVIII, reforçada por intelectuais da época, que descreviam a mulher como biologicamente mais frágil que os homens, ela era representada “[...] como o inverso do homem [...] identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é definido por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral” (Hunt, 2009, p. 44). Assim, por fatores de ordem ‘natural’, elas eram direcionadas aos cuidados com os filhos, com a casa.

Já há muito tempo se observou que foi no século XIX que as mulheres ficaram relegadas à esfera privada a um grau até então jamais conhecido. Essa tendência data o final do século XVIII (antes mesmo da Revolução). Mas a Revolução deu um grande impulso a essa evolução decisiva das relações entre os sexos e da concepção de família. As mulheres estavam associadas a seu ‘interior’, ao espaço privado, não só porque a industrialização permitia que as mulheres da burguesia se definissem exclusivamente por ele, mas também porque a Revolução tinha demonstrado resultados possíveis (o perigo para os homens) de uma inversão da ‘ordem natural’. A mulher se tornou símbolo da fragilidade que devia ser protegida do mundo exterior (o público); tinha se convertido no símbolo do privado. As mulheres só podiam ficar confinadas em espaços privados, devido à sua fragilidade biológica, e o próprio privado se revela frágil frente a politização e à transformação pública do processo revolucionário. (Hunt, 2009, p. 45-46).

Desse modo, a concepção de que a mulher pertence à esfera privada e o homem à esfera pública foi se consolidando no decorrer dos séculos, colaborando para a divisão dos sexos nos vários segmentos da sociedade, como no trabalho.

Outro fator que colaborou para a divisão dos sexos nas duas esferas foi a questão religiosa. Para os evangélicos, o homem cuidava da vida pública e a mulher da casa e dos filhos, e, qualquer tentativa de mudar essa ‘ordem natural’ levaria ao fracasso. Com isso, tanto os discursos de intelectuais quanto os religiosos foram se fortalecendo mutuamente. Os homens já ocupavam grande parte da esfera pública, nos negócios e comércios, e com isso “[...] procuraram criar um mundo



novo à sua imagem, essa imagem estabelecia uma enorme diferença entre a esfera masculina e a esfera feminina” (Hall, C. 2009, p. 56).

A divisão dos sexos no mercado de trabalho também se estende e tem histórico no Brasil. Rago (2018) explica que, nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos/as trabalhadores/as era constituída por mulheres e crianças. Apesar de serem descritas como ‘mocinhas infelizes e frágeis’, as trabalhadoras na maioria ocupavam as indústrias de fiação e tecelagem, pois eram indústrias que ainda tinham pouca mecanização. A autora evidencia muitas barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, desde a variação salarial (que era maior para os homens), até a intimidação física e assédio sexual. Com isso, elas “[...] vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina” (Rago, 2018, p. 581). O moralismo social reforçou os espaços destinados para cada sexo, e o espaço público foi definido como espaço meramente masculino:

[...] as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos. As autoridades e os homens da ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. (Rago, 2018, p. 603).

De acordo com Rago (2018) a luta feminina pela construção de espaços públicos democrático vem se fortalecendo desde a década de 1960. Por isso, conhecer esse processo histórico sobre a divisão sexual do trabalho, é importante para que se possa enfrentar inúmeros problemas do presente.

A filósofa Silvia Federici publicou o livro intitulado *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva* (primeira versão em 2004), que destaca os papéis sociais impostos às mulheres, direcionando-as às mais diversas formas de repressão, desde o fim da Idade Média, passando pelo feudalismo e o surgimento do capitalismo. A autora destaca que o capitalismo explorou (e explora) o corpo feminino para se instalar, pois a mulher saía em desvantagem com as novas regras e leis que o sistema propunha, conduzindo-as para os trabalhos domésticos. De acordo com Federici (2017, p. 37), o capitalismo está diretamente ligado com o racismo e o sexismo, pois “[...] precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações



sociais [...] difamando a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos [...]”.

O trabalho doméstico não remunerado tornou a mulher ‘dependente’ do marido, além de transformar esse trabalho em um ‘ato de amor’, pois foi designado como um atributo natural às mulheres (Federici, 2019).

Desde que o ‘feminino’ se tornou sinônimo de ‘dona de casa’, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as ‘habilidades domésticas’ que adquirimos ao nascer. É por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho para o assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico. (Federici, 2019, p. 74).

Por isso é que, ainda hoje, as pesquisas mostram tanta desigualdade de gênero que desfavorecem as mulheres nas atividades, espaços e ocupações em que estão inseridas, como resultado de um processo histórico decorrente da cultura patriarcal e androcêntrica.

Nesse sentido, Lobo (1991, p. 259) evidencia que “[...] as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e a divisão sexual do trabalho é um *locus* fundamental das relações entre os sexos”, ou seja, a divisão do trabalho a partir dos sexos é um dos muitos locais para que aconteçam as relações de gênero.

Para Bourdieu (2012, p. 103-104), a família, a igreja e a escola são as principais instâncias que colaboraram para garantir a construção e manutenção do patriarcado.

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. [...] Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal] (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes



faculdades, entre as disciplinas ('moles' ou 'duras' — ou, mais próximas da inquietação mítica original, 'ressecantes'), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo.

A família como instituição social, tem como padrão a norma nuclear de família, ou seja, é composta por um casal heterossexual e seus filhos. Esse tipo de organização familiar, salienta Louro (1997, p. 134), é tida como 'natural', e esse processo de naturalização “[...] tanto da família como da heterossexualidade — que significa, por sua vez, representar como não-natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade”.

Perrot (2009) explica o controle do Estado sobre a família, para a manutenção da sociedade. Dentre as muitas funções, ela é “Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios” (Perrot, 2009, p. 91). Além de ser caracterizada como família 'padrão', no modelo nuclear é a figura paterna quem tem mais poder sobre os outros integrantes, é ele quem dá o sobrenome e é tido como chefe da família, ou seja, por vezes há hierarquia dentro das relações familiares, que pode variar nas diferentes culturas. Isso relaciona-se com o que Lerner (2019, p. 290-291) descreve como paternalismo:

Em suas origens históricas, o conceito vem das relações familiares conforme se desenvolveram sob o patriarcado, nas quais o pai tinha total poder sobre todos os membros da família. Em troca, tinha obrigação de prover sustento econômico e proteção. [...] Como se aplica a relações familiares, deve-se observar que as responsabilidades e as obrigações não são distribuídas igualmente entre o grupo protegido: a subordinação dos filhos meninos à dominância do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem chefes de famílias. A subordinação das filhas meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas só podem escapar tornando-se esposas sob a dominância/proteção de outro homem. A base do 'paternalismo' é um contrato verbal de troca: sustento econômico e proteção do homem em troca de subordinação em todos os aspectos, servidão sexual e trabalho doméstico não remunerado da mulher.

Foucault (2017b) em *História da sexualidade 3: o cuidado de si*, explicita a função instrumental da família para o Estado, tendo em vista que o casamento (heterossexual) seria uma forma de controle (sexual, de



natalidade, etc.) das pessoas. Sobre isso, Perrot (2009) reforça que o casamento era o modo de aprovação da família, trançando como norma o casal heterossexual.

Dando continuidade à ideia de Foucault sobre a função instrumental da família, Arend (2013, p. 151) explana que as relações sociais no interior da família definiram papéis à cada integrante, “[...] para as mulheres são atribuídas duas funções: a de mãe e a de dona de casa. [...] Aos homens, por sua vez, foi atribuída a função de provedor do lar”, além de ‘família’ tornar-se sinônimo de ‘pais, mães, filhos/as e consanguíneos’. Assim, a definição de funções dentro das relações familiares também colaborou para a divisão sexual nas esferas públicas e privadas. Além disso, a autora evidencia que, quaisquer práticas que fossem contra a formação da família nuclear (prostituição, homossexualidade, celibato), eram condenadas socialmente.

No Brasil, a introdução da norma padrão de família nuclear se intensificou ao longo do século XX, como aponta Arend (2013, p. 154): “A imagem da família veiculada nos meios de comunicação de massa da época era a seguinte: pai, mãe, filhos e filhas, felizes, no interior do seu novo automóvel ou apartamento financiado pelo BNH (Banco Nacional da Habitação)”. Com o passar dos anos e com a intensificação dos movimentos sociais e feministas, a evidenciação das relações de poder dentro das famílias (autoridade paterna), começaram a ser criticadas, e esse cenário começou a mudar. A criação de leis, estatutos e documentos possibilitou a modificação nas relações familiares. A questão da adoção, das famílias homoafetivas, a convivência de crianças com os pais divorciados, dentre outros modos de configurações familiares, foram ganhando espaço nas discussões e políticas sociais, evidenciando a pluralidade e diversidade cultural (Arend, 2013).

Macêdo (2020, p. 189) reforça que ainda, no Brasil, a responsabilidade pelos trabalhos domésticos é exclusivamente destinada às mulheres.

Esse trabalho é marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família. Muitas vezes, a própria mulher internaliza, nas relações de poder vigentes na sociedade.



A intensificação da entrada das mulheres no mercado de trabalho também mudou o modelo de configuração de família nuclear, como aponta Cordeiro (2008, p. 73), “Com a erosão, a nível comportamental, do modelo ‘homem provedor, mulher cuidadora’, outros padrões emergiram, com destaque para as famílias monoparentais de chefia feminina [...]”. Além disso, houve avanço nas políticas públicas voltadas aos cuidados às crianças da primeira infância, como o aumento de instituições públicas (creches), que colaborou para a inserção das mulheres no mercado de trabalho (Cordeiro, 2008).

Apesar dos avanços, as desigualdades e preconceitos ainda acontecem, tanto nas relações familiares, como nas questões relacionadas ao trabalho e em outros desdobramentos da sociedade.

Portanto, é possível compreender o patriarcado, bem como o androcentrismo, como meios para as relações de gênero, que foi se constituindo histórica e culturalmente pelas diferentes sociedades e épocas, naturalizando e hierarquizando o sexo biológico como um fator determinante para as diferenças e desigualdades.

## Considerações finais

O corpo é constituído pela cultura. O gênero e/ou o sexo, portanto, são construções culturais, definidas e caracterizadas por essas construções, as quais carregam significações sociais que podem variar.

A desigualdade de acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, é apenas um dos meios em que as relações de gênero acontecem. Foi possível perceber o processo histórico cultural que possibilitou o direcionamento de mulheres para trabalhos menos remunerados, ao trabalho doméstico, e a ocupações que reforçam estereótipos de gênero. Isso é culturalmente aprendido por meio de mecanismos e instituições da sociedade, que (re)produzem desigualdades e estereótipos de gênero das mais variadas formas.

Ao estabelecer distinções entre os sexos para justificar o que é certo ou errado, para alegar o que é dever do homem e da mulher, a sociedade reforça paradigmas patriarcais, que colaboram para o desenvolvimento de estereótipos de gênero. Por isso, o corpo, o sexo, o gênero, a raça, são alguns exemplos de possibilidades e limites para definir e caracterizar sujeitos, estabilizando assim, o poder pertencente à sociedade hegemônica, patriarcal, eurocêntrica. Dessa maneira, ao passo



que há várias possibilidades de pensar, categorizar, e construir o corpo, ele tem sido também limitado pelas mesmas.

## Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. Ainda vivemos como nossos pais? Notas sobre mudanças nas famílias brasileiras das classes médias urbanas (1980-2000). *Fronteiras: revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 21, p. 144-164, 30 nov. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARGNELUTTI, Camila Marchesan; REIS, Marcus Vinicius. O gênero como categoria de subversão do patriarcado: diálogos e interseções entre Literatura e História. *Gláuks*, v. 17, n. 2, p. 40-55, jul./ dez. 2017.

CARRACA, Sergio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: BARRETO, A.; ARAÚJO, L; PEREIRA, M. E. (Org.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009. p. 13-215.

CORDEIRO, Maria de Carvalho. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. *Ser Social*, v. 10, n. 23, p. 71-99, jul./dez. 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.



FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, Roberto (Org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 1 ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 47-78.

HERTZ, Robert. *A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa*. In: *Religião e Sociedade*, n. 06, 1980.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 18-46.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (ed.). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 38. ed. Brasil: Estudos e Pesquisas, 2021.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. *BIB*, n. 31, p. 7-16, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia covid 19: tecendo sentidos. *Revista Nufen*, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, mai./ago. 2020.



MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: *Sociedade Brasileira de Sociologia* (ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52<sup>a</sup> Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-strauss. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. Androcentrismo, a construção da dominação cultural masculina. *Revista Científica Cognitions*. Logos University International. Abril. 2020.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. p. 91-106.

PERROT, Michelle. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SENKEVICS, Adriano; POLIDORO, Juliano. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. *Revista da Biologia*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.16-21, 2012.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2012.



## Cultural delineations about body, gender, and the process of social inequalities

**ABSTRACT:** The possibility of thinking the body beyond the biological bias has contributed not only to understand discriminatory justifications that oppress subjects (such as racism and sexism), but also to highlight the body as a result of culture. This article, part of a master's thesis, aims to present, from theoretical notes, elements that contribute to the understanding of the body as a cultural construction related to gender issues. Sometimes, society naturalizes issues that are culturally constructed, generating inequalities and hierarchies. Using the body to create distinctions between the sexes and assign functions based on this, contributes to hierarchies being justified, reinforcing, for example, the gender relations that occur in society, which unfold in various segments, such as the labor market, family, educational institutions, among others.

**KEYWORDS:** Body. Gender. Culture. Inequalities.

### **Joana Cristina BURNATO**

*Graduação em Pedagogia e mestrado em Educação (UNICENTRO-PR), professora da Educação Básica na Rede Estadual do Paraná. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, Cultura e Contemporaneidade (UNICENTRO).  
E-mail: joanaburnato@hotmail.com*

### **Emerson Luís VELOZO**

*Graduado em Educação Física (UEPG). Mestrado e doutorado em Educação Física (UNICAMP). Professor na UNICENTRO, campus Irati, onde atua na Graduação (DEDUF/I) e na Pós-graduação (PPGE e PPGDC). Grupo de Estudo e Pesquisa Educação, Cultura e Contemporaneidade.  
E-mail: emersonvelozo@unicentro.br*

*Recebido em: 01/02/2023*

*Aprovado em: 10/06/2024*